

**7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da
Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)**

Área Temática: Análise de Política Externa

**AGRISUSTAINABILITY MATTERS? MOVIMENTAÇÕES DO SETOR DO AGRONEGÓCIO
NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2022**

Isabele da Silva Souza, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)¹

Porto Alegre, 2024

¹ Bolsista CAPES nível mestrado.

Resumo Expandido

Por muito tempo, a política externa brasileira foi considerada insulada de outras políticas públicas. Entretanto, a partir do processo de redemocratização e do contexto internacional, a porosidade do Ministério das Relações Exteriores (MRE) aumentou, fazendo com que novos grupos buscassem a representação de seus interesses na política exterior (Faria, 2008). Um desses grupos é o setor do agronegócio, que passou por mudanças importantes no início da década de 2000 e demonstrou ser um forte influenciador nas políticas doméstica e externa.

Entre os anos de 2019 e 2022, com o governo de Jair Bolsonaro, o setor alcançou seu ápice dentro do MRE com a criação do Departamento de Promoção do Agronegócio, extinto no início de 2023. O departamento possuía três principais objetivos: aprimorar a política comercial, a promoção comercial e melhorar a imagem do setor internacionalmente. Nesse sentido, um dos braços desse setor foi a organização de seminários e, posteriormente, boletins informativos denominados, respectivamente, “AgriSustainability Talk” e “AgriSustainability Matters”. Mesmo com a extinção, os seminários ainda ocorrem anualmente sendo elaborados, em média, um boletim por trimestre, que são enviados ao governo britânico e seus empresários.

A preocupação com a imagem do agronegócio internacionalmente, foco deste trabalho, está atrelada às várias críticas internacionais que o Brasil recebeu devido às queimadas na Amazônia e Pantanal, fruto do sucateamento das políticas públicas fornecidas pelo então governo. Foram várias as tentativas de refutar as manifestações de críticas em relação à degradação ambiental, desde discursos na abertura da Assembleia Geral da ONU² até nos discursos na Cúpula do G20³.

O objetivo desse artigo é de compreender como o grupo de interesse do agronegócio influenciou nos discursos da embaixada para demonstrar um agronegócio brasileiro sustentável. Através de um estudo de caso com análises bibliográfica e documental, a pergunta de pesquisa é: Qual o conteúdo dos boletins AgriSustainability matters e o que eles tentam informar ao empresariado e ao governo do Reino Unido? O artigo possui três tópicos, com seus respectivos objetivos específicos. O primeiro é “O agronegócio como grupo de interesse”, em que objetiva demonstrar como o setor influencia a política doméstica e a externa. O segundo tópico busca apresentar o Departamento de Promoção do Agronegócio e

² Ver mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu>

³Ver mais em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cupula-do-g20-videoconferencia-palacio-do-planalto-1>

suas políticas públicas. Por fim, o terceiro tópico é a análise dos boletins informativos, sendo eles utilizados como fontes de pesquisa.

Para alcançar os objetivos citados, as referências utilizadas para compreender a política externa são Milner (1997) e Figueira (2011). Em relação ao desenvolvimento do setor do agronegócio, Pompeia (2018) é essencial. Sobre a atuação do setor na própria política externa, Santana (2001) e Diverio (2011) serão utilizados. Por fim, os boletins informativos são encontrados no *site* da Embaixada Brasileira em Londres⁴. Ao total, são 11 boletins analisados. Até o momento, pode-se concluir que o setor utilizou do MRE para barrar as críticas internacionais e não sofrer sanções econômicas por parte dos países europeus. Essa relação, entretanto, mutualística, visto que o MRE também usou o setor como propaganda sustentável como tentativa de barrar as críticas internacionais para o Estado. O resultado esperado é a compreensão da temática dos boletins passados para o Reino Unido.

Palavras chave: Agronegócio, Jair Bolsonaro, Itamaraty, política externa.

⁴ Ver mais em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agrisustainability-matters>

Introdução

A agricultura e pecuária de exportação, em conjunto com setores extrativistas, são setores primários da economia brasileira que, historicamente, possuíram predileção nas políticas públicas. A exportação de produtos primários se tornou a base na formação da economia e história brasileira: os ciclos de cana-de-açúcar, café e, atualmente, da soja, são exemplos dessa relação. Até final da década de 1950, a agricultura e pecuária eram vistas como setores distintos, entretanto, eles se uniram, criando o conceito de agronegócio- ou *agribusiness*, como foi denominado pela primeira vez nos Estados Unidos (Davis, 1955). A perspectiva inicial era aprimorar a agricultura familiar estadunidense com tecnologia para que a Guerra contra a Fome fosse vencida – o que não ocorreu, visto que em 2023, 733 milhões de pessoas no mundo passaram fome (ONU, 2024).

Segundo Pompeia (2018), quando a ideia chega ao Brasil, se tornou um debate entre questão agrária e questão agrícola, em que a primeira estava relacionada a reforma agrária e a segunda com a inserção da tecnologia no campo, produtividade e lucro. Este último acabou vencendo o debate para a inserção em políticas públicas no momento da ditadura civil-militar.

O pesquisador descreve que, desde o início da década de 2000, o agronegócio brasileiro realizou uma concertação política, ou seja, setores diferentes da agricultura, pecuária e indústria se uniram com o intuito de se fortificar. Nesse sentido, frente ao Estado brasileiro, o agronegócio se configura como um setor forte e coeso no requerimento de seus interesses. Como informado, a agroexportação⁵ se tornou a base econômica brasileira, se fortificando ao longo dos anos, em especial, após a concertação política.

A atuação do setor rural na política doméstica é percebida desde o momento da colonização chegando à República (Souza, 2019; Leal, 2012). Pompeia (2018) analisa que uma das estratégias políticas da concertação é a inserção de representantes do setor na máquina estatal, o que atualmente pode ser visto, principalmente, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e no Congresso Nacional, com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

No ano de 2019, foi criado do Departamento de Promoção do Agronegócio (DPAGRO) no MRE, encerrado no ano de 2023 com a nova gestão federal. Mesmo o DPAGRO existindo apenas nos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro, é interessante notar como o agronegócio brasileiro alcançou força para, de forma explícita – como o nome do

⁵ Os termos agronegócio e agroexportação estão sendo tratados como um mesmo evento que passou por uma metamorfose. Ambos os conceitos tratam da exportação de produtos primários, com a diferença que a agroexportação é anterior ao agronegócio, visto que ela sempre existiu no território brasileiro. O agronegócio é um conceito criado e desenvolvido no século XX, com a junção inicial da agricultura e dos negócios. Dessa forma, é possível dizer que a agroexportação – e, posteriormente, agronegócio -, por muito tempo estiveram na estrutura do Estado brasileiro com o intuito de que seus interesses sejam atendidos.

departamento informa – demonstrar seu poder dentro do Ministério. Esta pesquisa é parte de uma perspectiva maior que entende que o agronegócio e a agroexportação estiveram, historicamente, relacionados com a política externa brasileira, entretanto, com o governo de Jair Bolsonaro essa relação se intensificou. O DPAGRO no Ministério das Relações Exteriores é um resultado dessa intensificação.

Um dos projetos do departamento, em conjunto com a Embaixada Brasileira em Londres, se chama “Agrisustainability Talks”. O projeto conta com seminários anuais que, mesmo com a extinção do departamento, ainda ocorre. Com a presença de políticos brasileiros, pesquisadores, representantes de empresas e ativistas, o evento possui o intuito de discutir a importância ambiental para o agronegócio mundial e, em especial, o brasileiro. Além das palestras, há a organização de boletins informativos denominados “Agrisustainability Matters”, que são folhetins de poucas páginas escritas, normalmente, por algum dos palestrantes. Em média, são desenvolvidos de maneira trimestral e enviados para políticos e empresas do Reino Unido.

Dessa maneira, o objetivo deste artigo é analisar o teor dos boletins informativo e a pergunta de pesquisa é: “Qual o conteúdo dos boletins Agrisustainability Matters e o que eles tentam informar ao empresariado e ao governo do Reino Unido?”. Para alcançar a resposta, a metodologia utilizada é a bibliográfica e documental, utilizando como fonte de pesquisa os boletins informativos.

O artigo está dividido em três tópicos, para além da introdução e conclusão. O primeiro, “Agronegócio como grupo de interesse”, classifica o setor como um grupo de interesse aos moldes da Análise de Política Externa. Para isso, ressalta-se o histórico do setor no ambiente doméstico para alcançar seus interesses e, posteriormente, no ambiente internacional. O segundo tópico apresenta o Departamento de Promoção do Agronegócio e os boletins informativos. Por fim, o último tópico é a análise em si dos boletins informativos, com a utilização do *software Iramuteq*.

As possibilidades para a análise de dados no *software* são cinco: i. estatísticas textuais clássicas, ii. pesquisa de especificidades da segmentação do texto, iii. classificação hierárquica descendente (CHD), iv. análise de similitude de palavras presentes e, por fim, v. nuvem de palavras (Camargo e Justo, 2013). A análise utilizada nesta pesquisa foi as nuvens de palavras e a Classificação hierárquica descendente, que, respectivamente elaboram o agrupamento das palavras em relação à frequência e organiza o vocabulário através de uma classificação de seguimentos de texto e suas relações.

Agronegócio como grupo de interesse

Um grupo de interesse é classificado por Milner (1997) como atores domésticos que buscam ampliar seus interesses na política externa de maneira racional. Nesse sentido, há os

atores políticos e sociais, em que o primeiro procura se manter no cargo político e o segundo aumentar a renda. Figueira (2011) descreve também que os grupos de interesses voltados à economia buscam conquistar vantagens governamentais para aumentar o lucro ou diminuir prejuízos.

Os interesses diversos constituem o que Putnam (2013) denomina como Jogos de Dois Níveis, em que os diferentes grupos, com seus distintos interesses, jogam em um tabuleiro para que o Estado determine qual será escolhido. Nesta pesquisa, entende-se que o interesse do agronegócio está relacionado ao aumento da taxa de lucro, como apontado por Milner (1997) e Figueira (2011) ao destacar os grupos de interesses econômicos e que o setor está em constante disputa com outros atores para que suas premissas sejam cooptadas pelo Estado, como aponta Putnam (2013).

A primeira aparição do conceito agronegócio ocorre como “*agribusiness*” em 1955, com o economista estadunidense John Davis. Em seu *paper*, Davis (1955) argumentava a necessidade dos produtores se afastarem das políticas governamentais para ter mais ganhos de produtividade e, dessa forma, se aproximarem dos agentes privados da agricultura e dos negócios (Davis, 1955 *apud* Pompeia, 2021). O conceito foi sendo desenvolvido e, no ano de 1957, John Davis e Ray Goldberg escreveram o livro *A concept of agribusiness*, em que os autores conceituam a fusão entre agricultura e negócios, em que o conceito significa a soma total das operações da manufatura, distribuição de suprimentos, operações de produção, o armazenamento, processamento e distribuição de commodities e outros.

A utilização do termo foi cooptada pelo governo dos Estados Unidos e por sua política externa, com a Guerra contra a Fome. Era invocado, no contexto estadunidense, através da teoria neomalthusiana em conjunto com a Revolução Verde, a necessidade de aumentar a produção de alimentos em um mundo no qual haveria um aumento exponencial da população. O propósito dessas políticas era de realizar uma melhoria e modernização das estruturas de produção de alimentos nos países subdesenvolvidos que orbitavam os Estados Unidos. Nessa perspectiva, o Brasil se transformou em um dos países com maior potencial para a influência estadunidense no período da Guerra Fria.

Concomitantemente, no Brasil já havia discussões sobre qual ideia a agricultura deveria seguir, ou seja, se seria uma perspectiva de Questão Agrária ou de Política Agrícola. A primeira se relaciona com as transformações nas relações de produção, em que as populações subalternas rurais seriam o foco da política, enquanto a segunda se vinculava aos grandes e médios empresários do ramo. O agronegócio é incorporado, de fato, na sociedade e política brasileira a partir da ditadura militar, iniciada em 1964, com a influência da política externa estadunidense (Pompeia, 2018).

Mesmo o agronegócio sendo um fenômeno do século XX, a agroexportação é anterior a isso, sendo ela uma das causadoras de alguns dos problemas sociais que o Brasil enfrentou

-e ainda enfrenta: o latifúndio⁶ e o coronelismo⁷. Ambas as problemáticas estão envolvidas com a relação do setor com a política institucional brasileira, demonstrando também como ele consegue realizar uma metamorfose para continuar na política institucional. Dessa maneira, possuindo o objetivo primordial de aumento da taxa de lucro, os modos para alcançá-los vão se modificar a depender do contexto político. A nova estratégia, nascente dos anos 2000, visa aglomerar os diferentes setores em apenas um. Dessa forma, o agronegócio se fortifica politicamente e economicamente, resultando na concertação política do agronegócio que:

(...) consiste em uma composição intersetorial de caráter político entre representações da agricultura e de segmentos conectados a ela que, alicerçada na categoria agribusiness/agronegócio, atua de forma multilateral, coordenada, institucionalizada e sistemática. Sua finalidade principal é a ação voltada a convencer a opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental (Pompeia, 2018, p. 44).

Ou seja, é a junção de vários setores econômicos e políticos envolvendo a agropecuária, serviços, indústria e suas representações políticas para o fortalecimento dessa unidade. A mudança estratégica se fortaleceu com o *boom das commodities* na década de 2000, havendo um aumento dos preços internacionais dos produtos agropecuários, possibilitando uma situação mais favorável ao setor (Pompeia, 2021). Madureira (2023) descreve um outro ponto de inflexão para o setor: a crise política e econômica no Brasil que, a partir de 2015, possibilitou ao agronegócio - um dos poucos setores a passar ileso pelas crises - um maior poder de barganha.

Se tratando de negociações internacionais, o agronegócio, no final da década de 1990, não foi tão beneficiado. À título de exemplo, nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a indústria possuiu seus interesses prevalecidos (Santana, 2001). A ideia da negociação era eliminar barreiras alfandegárias nos países do continente americano, com a data limite de implementação no ano de 2005. Santana (2001) analisa que na construção da política levada à negociação, os grupos de interesse são variados: i. o setor empresarial através da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), ii. o movimento sindical com a CUT, CGT

⁶ No momento da colonização, as terras brasileiras -que estavam sob a posse da Coroa portuguesa - deveriam ser entregues aos que serviam a Coroa e em pequenas quantidades, através da lei de Sesmarias. Entretanto, na realidade, as terras foram entregues aos amigos e familiares dos Sesmeiros e em grandes quantidades. Quando, em 1822, encerra-se essa política por incompatibilidade ao novo sistema jurídico, há um período ocioso até a próxima legislação sobre terras, a Lei de Terras de 1850. Nesse espaço temporal, houve várias irregularidades para o aumento das propriedades de terras ocasionadas através da grilagem. Com a promulgação da Lei de Terras, as novas propriedades só poderiam ser adquiridas através da compra e venda, impossibilitando os pobres – trabalhadores rurais, ex-escravizados, povos indígenas etc. – a adquirirem as terras (SOUZA, 2021).

⁷ À primeira vista, Leal (2012) descreve a relação do poder privado dos coronéis no público rural, como uma forma de patrimonialismo. Entretanto, ele se aprofunda nessa relação e afirma que o coronelismo se transforma em um sistema político, transpassando o interior rural brasileiro para os governos estaduais e federal. Desde então, os coronéis na política se mantêm na estrutura do Estado.

e Força Sindical, iii. setores agrícolas e agroindustriais, representados pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

É claro que cada um dos agentes possui uma força distinta nas negociações e a própria CEB, que possuía um maior poder de barganha naquele contexto possuía setores com interesses desiguais. Segundo Santana (2001), a CNA buscava uma rápida negociação com a liberalização econômica e estava entusiasmada com essa possibilidade, entretanto, não conseguiu, de fato, mobilizar a política externa. Para o autor, isso se deve tanto pela falta de poder e prestígio das autoridades econômicas, visto que isso estava fincado no setor industrial, quanto pela falta de iniciativa para a concretização da negociação.

No ano de 2001, ocorreu a Rodada de Doha da OMC, que possuía os objetivos de eliminar os subsídios agrícolas, reduzir as tarifas de importação e a liberalização da economia, diminuindo os prejuízos comerciais sofridos pelos países em desenvolvimento. No primeiro momento da negociação, enquanto Fernando Henrique Cardoso (FHC) estava na posição de presidente da República, já ocorria a participação do empresariado na formação da PEB, através da Conferência Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA):

Com a abertura comercial, a atitude brasileira foi mais agressiva, principalmente em agricultura, pois os empresários passaram a ter uma maior noção dos custos e danos com a não participação nos processos de negociações internacionais. Isso induziu alguns empresários a se organizar e se preparar de forma efetiva para tentar influenciar as negociações das quais o Brasil participava. Assim, começou a haver um movimento por parte de organizações representativas, principalmente do agronegócio, com vista a buscar influenciar a posição negociadora do Brasil (Diverio, 2011, p. 138)

Entretanto, as eleições presidenciais de 2002 que resultaram no primeiro governo Lula (2003-2006), possibilitou a expansão do diálogo para a Rodada de Doha para outros grupos de interesses⁸, principalmente voltados à agricultura familiar, comércio exterior e trabalhadores rurais. Enquanto havia um grupo mais propenso à ideia de liberalização da economia (MAPA, CNA), existiam atores que reiteravam a importância de proteger o mercado e a segurança alimentar (Trabalhadores rurais e organizações para o desenvolvimento rural). Mesmo a participação de outros grupos de interesse na política externa, o Estado brasileiro continuou – de modo mais moderado – na defesa da liberalização econômica. Entretanto, essa rodada de negociação não chegou a um final, mas conseguiu demonstrar uma certa força do agronegócio na mesa de debate internacional.

Esses dois exemplos de negociações internacionais foram importantes para compreender a variedade de atores na construção da política externa brasileira, mesmo

⁸ Sendo eles: o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE), a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e organizações não governamentais como a OXFAM

possuindo pesos diferentes:

ainda que os ruralistas participassem da política externa dos governos Lula e Dilma, seria um erro considerá-los como o setor predominante. Outros setores como a indústria e as empreiteiras também possuíam grande influência e recebiam benefícios, havendo situações em que os interesses desses setores entravam em choque com os interesses do agronegócio. **Nesses casos, o governo optou geralmente por estagnar as agendas, evitando prejuízos à indústria e a construção civil, ao mesmo tempo que frustrava as expectativas do agronegócio.** Como exemplo, o governo adotou posturas mais intransigentes em negociações como a ALCA e o Acordo Mercosul-UE, o que atrapalhou o avanço de acordos que interessavam ao agronegócio. Da mesma forma, por dentro dos governos petistas, atores institucionais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) travavam disputas com os setores do agronegócio que também repercutiam nas agendas de política externa. **Por fim, apoiavam o governo movimentos sociais que possuíam profundas divergências em relação ao agronegócio**, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). **Ainda que não fossem os principais formuladores da política externa, eles ofereciam resistência aos interesses do agronegócio**. (Madureira, 2023, p. 59, grifo nosso).

Entretanto, como aponta Madureira (2023), a partir de 2019 há a prevalência do agronegócio nas discussões de política externa, minando outros setores que poderiam se beneficiar dessa política pública. Como demonstrado em trabalhos anteriores, havia uma maior pluralidade de atores na concepção das políticas externas anteriores, como a atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário na ALCA. Com as eleições presidenciais de 2018, a pluralidade na PEB diminuiu, existindo apenas duas visões em disputa: uma centrada na crítica aos direitos humanos e ao globalismo, enquanto a outra possui um enfoque mais econômico, possibilitando que o agronegócio seja favorecido.

O DPAGRO e o Agrosustentável

Durante a campanha presidencial de 2018, as promessas eleitorais de Jair Bolsonaro focavam em uma liberalização da economia, luta anticorrupção (e antipetismo) e o retorno de premissas religiosas à política. Anúncios que o Brasil passava por uma crise ética, moral e fiscal, em conjunto com a defesa irrestrita da propriedade privada e a diminuição de Ministérios do governo também estavam presentes. Na proposta de governo, a política externa é deixada como último tema a ser abordado, enquanto o agronegócio é um dos que mais recebe atenção.

No plano de governo, é informado que a atuação do Estado em relação ao agronegócio iria mudar: “Devemos identificar quais são as áreas em que realmente o Estado precisa estar presente, e a que nível” (TSE, p. 68). Também é identificada a necessidade de reunir todos os setores do agro em apenas um Ministério (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), pois haveria “uma só porta para atender as demandas do Agro e do setor rural” (TSE, p. 69). O que de fato tentou ser realizado. No primeiro mês de governo, ocorreram

várias reorganizações dos ministérios para que as tratativas de terras indígenas ficassem com o MAPA, o que não deu procedência.

Em relação ao Ministério das Relações Exteriores, comandado por Ernesto Araújo, foi criado o Departamento de Promoção do Agronegócio - através do decreto presidencial nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019⁹, que entrou em vigor dia 30 de janeiro do mesmo ano. O DPAGRO foi alocado dentro da Secretária de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos, com a competência de “tratar das negociações relativas ao agronegócio e à sua promoção e dos acordos correspondentes”¹⁰. Há, nesse departamento, as subdivisões “Divisão de Promoção do Agronegócio I” e “Divisão de Promoção do Agronegócio II”, porém, não existem explicações sobre a função de cada categoria.

O que é possível encontrar no *site*¹¹ do antigo departamento, é uma apresentação organizada via *power point* do dia 1º de julho de 2020, representando 18 meses da chamada “nova fase da diplomacia do agronegócio”. Segundo o documento, o MRE possuiu o objetivo de explorar duas frentes tradicionais do agronegócio: a política comercial e a promoção comercial.

Em relação à promoção comercial, é elencado que o MRE reforçou a atuação das embaixadas e consulados brasileiros na promoção do agronegócio, em conjunto com o MAPA e a ApexBrasil. Ainda é descrito que houve o financiamento de 3 milhões de reais na participação de feiras internacionais, uma comunicação fluida com os setores do agronegócio – inclusive, com a participação de eventos nacionais, como a Agrishow e a Agroleite. Ocorreu também a ações de promoção comercial em diversas cidades¹² sobre a oferta de cafés brasileiros e a elaboração de mapas e relatórios de percepção de mercado.

Segundo o documento, outra vertente importante para a diplomacia do agronegócio é a promoção da imagem que possui o objetivo de trabalhar a opinião pública internacional de “informações atuais e atualizadas” sobre as temáticas ambiental, as tecnologias do campo, o papel socioeconômico da agropecuária e os defensores agrícolas. Dessa forma, foram três principais ações, dentro dos primeiros 18 meses do DPAGRO, que estão associadas a uma preocupação com a imagem do setor internacionalmente: 1) a organização de seminários sobre o agro brasileiro nas cidades como Berlin, Bruxelas, Haia e Londres – este último,

⁹Ver mais em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9683.htm

¹⁰ Posteriormente reeditado como “competência para tratar das negociações relativas ao agronegócio e à sua promoção e dos acordos correspondentes”. Decreto 10.021 de setembro de 2019. Ver mais em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10021.htm#:~:text=D10021&text=Altera%20o%20Decreto%20n%C2%BA%209.683,Comissionadas%20do%20Poder%20Executivo%20%2D%20FCPE.

¹¹Ver mais em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/promocao-do-agronegocio>

¹² Sendo elas: Berlin – Alemanha, Bruxelas – Bélgica, Londres – Reino Unido, Los Angeles – Estados Unidos, Miami – Estados Unidos, Moscou – Rússia, Nova York – Estados Unidos, Praga – República Tcheca, Seul – Coreia do Sul, Sydney – Austrália, Tóquio – Japão, Xangai – China.

resultando nos boletins informativos *AgriSustainability Talk* -, 2) a atuação, em canais institucionais, incluindo as redes sociais, para “defender o agronegócio de prejuízos que possam resultar de informações distorcidas, incompletas ou falsas” e, por fim, 3) o acompanhamento sistemático da mídia internacional.

Sobre a Política Comercial, há a descrição da importância da interação dos grupos de interesse – à título de exemplo a CNA, a CNI, a CropLife, a ABRAMILHO, entre outros – no dia a dia do MRE, além de um maior diálogo com o MAPA e a FPA. O foco dessa categoria é a Organização Mundial do Comércio (OMC), seja com o acesso de novos mercados - podendo também ser de forma bilateral – seja com a reforma da OMC e os debates fitossanitários.

A apresentação se encerra com o seguinte resumo:

O balanço de 18 meses de promoção do agronegócio é amplamente positivo: intensificou-se a interação e a coordenação do Itamaraty com grupos da sociedade de interessados no agronegócio, em particular, o Congresso Nacional e as representações do setor privado; em cooperação com o MAPA abriram-se mercados para os produtos brasileiros; combateram-se práticas comerciais distorcidas estrangeiras que prejudicam as exportações nacionais; promoveram-se os interesses de nossos exportadores nas negociações internacionais; defendeu-se e promoveu-se a imagem da agricultura e pecuária nacionais. Nos próximos meses e anos, o Itamaraty vai manter e ampliar ainda mais o esforço de contribuir para a prosperidade do agronegócio brasileiro. (DPAGRO, 2019, p.15)

Como informado, um dos resultados desse Departamento é o projeto *AgriSustainability Matters*. Os boletins informativos, documentos de poucas páginas, possuem o intuito de debater, em forma de texto, as temáticas discutidas dos eventos. Na primeira página dos boletins, existe a apresentação do tema junto com os autores do artigo, sendo todos eles assinados por Fred Arruda, Embaixador do Brasil no Reino Unido. Após essa primeira página, há o texto em si dos autores com uma foto deles. De 11 boletins, nove possuem como autores principais homens. No geral, todos os autores possuem ou uma credibilidade acadêmica na área ou política. Abaixo estão as informações tabeladas sobre os boletins.

Tabela 1 - Boletins *AgriSustainability Matters*

Título	Autor	Data	Empresa
Brazil: Sustainable agriculture for all	Roberto Rodrigues	05/2020	Ex-Ministro do MAPA e FAO Special Ambassador for Cooperative
Brazil's modern & innovative regulatory framework for	Plinio Nastari	08/2020	RenovaBIO

sustainable mobility using biofuels			
Private sector initiatives in the Brazilian agri-food sector to halt Amazon deforestation	Marcos Jank e Niels Soendergaard	11/2020	InsperAgro
The search for Sustainability and the Creation of Opportunities in food production	Marcos Fava Neves	03/ 2021	USP e FGV
Animal Welfare a personal account of its evolution in Brazil	Adoroaldo José Zanella	07/ 2021	USP
The brazilian way: A sustainable development model for agriculture and livestock farming	Angelo Costa Gurgel	10/2021	FGV
Brazilian soy is not the environmental villan	Alexandre Nepomuceno et.al	01/ 2022	EMBRAPA
Brazilian fruit farming: Diversity and sustainability to feed Brazil and the World	Letícia Assis Barony V. Fonseca	04/ 2022	CNA
Protecting crops: A key to safeguarding global food security	Christian Lohbauer	07/ 2022	CropLife Brasil
Brazil: Provider of Sustainable Food and Energy Solutions	José Roberto Mendonça Barro	11/ 2022	Economista político
Brazil: Agriculture, Sustainability and the Future We Want	Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias	10/ 2020	MAPA

Fonte: Embaixada do Brasil em Londres (2024)

O primeiro boletim¹³ criado conta com a autoria de Roberto Rodrigues, um dos principais nomes do agronegócio brasileiro. Como mostra a tabela, o tema geral de seu boletim é fome e sustentabilidade. Para Rodrigues, o Brasil consegue lidar com a fome mundial utilizando uma agricultura sustentável. Nota-se a utilização dos parâmetros da cooperação internacional e dos princípios de direitos humanos em seu texto trabalhando com a importância da alimentação de ordem global, é invocado a estimativa da FAO de que em 2050, o mundo contará com 9.6 bilhões de pessoas e que o Brasil possui um papel fundamental nisso: “*As world Champion for food security Brazil will be the world Champion of peace, as there will be no peace as long as there is hunger*” (Rodrigues, p. 5, 2020).

O político também invoca a política interna do Estado brasileiro que possui o compromisso de sustentabilidade, como o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), o Programa Próalcool e a grande disponibilidade de terra agricultável no território. Além disso, para o país aumentar 40% da exportação de alimentos em 10 anos, é preciso:

¹³Ver mais: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-01.pdf>

Investimento em logística e infraestrutura; política comercial (principalmente do acordo União Europeia e MERCOSUL); política de renda (crédito rural); Proteção sanitária e de saúde; Atualização da legislação.

O segundo boletim¹⁴ foi o resultado da palestra de Plínio Nastari no evento Agrisustainability Talks. A principal defesa de Nastari é a de que a utilização do Brasil da bioenergia da cana-de-açúcar pode ser um exemplo para a mudança energética mundial.

Em ordem cronológica, o próximo boletim é uma edição especial¹⁵ chamada “*Brazil: Agriculture, Sustainability and the future we want*”, da Ministra Tereza Cristina. O foco geral do seu texto é informar que a agricultura brasileira é sustentável. Segundo a política, o MAPA estaria indo bem com o combate às mudanças climáticas em conjunto com o crescimento econômico e social que a agricultura proporciona. Há, em sua percepção, ideias equivocadas sobre a agricultura brasileira:

Brazilian agribusiness takes place in the central and southern regions of our country, predominantly in the Cerrado biome, therefore far from the Amazon biome. Illegal logging and forest fires are very serious problems indeed, but they do not cause global warming. Misleading narratives that disguise this reality do not contribute to solving the problem, but rather to aggravate polarisation and undermine cooperation between countries (Dias, 2021, p.4)

Da mesma maneira que Rodrigues, Tereza Cristina trabalha com a necessidade de cooperação internacional e com a perspectiva de que os países precisam diminuir as políticas protecionistas, retornando novamente ao acordo Mercosul e União Europeia. Por fim, é descrito que o Brasil, mesmo com o desflorestamento da Amazônia, não é o principal poluidor e causador da crise climática, visto que a União Europeia é responsável por 10.8% da emissão de gases, enquanto o Brasil apenas 2.9%.

Retornando com a ordem numérica dos boletins, o terceiro documento¹⁶ é escrito por Marcos Jank e Niels Soendegaard, ambos da Insper Agro. Para os autores, os setores da soja e a pecuária são um ponto chave para enfrentar o desmatamento ilegal na Amazônia. Para isso, é citado a Moratória da Soja, estabelecida, principalmente, por agentes privados e a sociedade civil. A Moratória seria um bom exemplo de políticas para o encerramento do desmatamento na região, entretanto, não é suficiente. É descrito a necessidade de serem realizados pagamentos por serviços ambientais para os produtores manterem suas áreas conservadas, política aplicada pelo Código Florestal.

¹⁴ Ver mais em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-02.pdf>

¹⁵ Ver mais em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-sp.pdf>

¹⁶ Ver mais em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-03.pdf>

No que tange a pecuária, é afirmado que no início da década de 2000, a inserção da pecuária em regiões distantes também contribuiu para o desmatamento, mas, com o Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público Federal, essas ações diminuíram drasticamente. Mas o contexto é complexo e, por isso, é necessária garantir a rastreabilidade da soja com uma efetivação maior das legislações no território brasileiro.

Marcos Fava Neves, professor da USP e da FGV, descreve como, além da produção de alimentos de maneira sustentável, o setor do agronegócio é socialmente inclusivo. Isso se deve, segundo ele, à geração de renda proporcionada pelo setor e pela mudança ocorrida nas cidades-agro, que capacitam os trabalhadores, reduz o êxodo rural, o aumento da população, entre outros. Neves cita o tripé do desenvolvimento sustentável e a Agenda da ONU 2030, reforçando a ideia de que o setor e os direitos humanos andam juntos, dessa forma, o agronegócio anda de mãos dadas com a geração de mais inclusão, criação de oportunidades de pessoas e desenvolvimento social.

Adroaldo Zanella, professor da USP, é o autor do quinto boletim, possui como foco em sua carreira acadêmica a questão do bem-estar animal, em especial, com os bovinos. O documento retrata a vida profissional de Zanella e como o Brasil liderou o campo de bem-estar animal com uma legislação que segue as cinco diretrizes: 1. Animal sem fome e sede, 2. local com condições aceitáveis para a vivência animal, 3. Viver sem dor, 4. os comportamentos naturais não serão parados e 5. sem estresse para o animal. O seguinte arquivo, elaborado por Angelo Gurgel, reforça a importância do Plano ABC que, segundo ele, possui uma boa legislação para diminuir as taxas de carbono ao seguir as diretrizes da COP15.

O diretor de pesquisa da Embrapa Soja, Alexandre Nepomuceno, assina o artigo com outras 6 pessoas. O oitavo boletim relata que a soja brasileira, na quantidade plantada, evita o desmatamento, devido as novas tecnologias do campo. Sendo possível, assim, produzir em alta quantidade em um menor espaço. Para ele, a soja é essencial se levarmos em consideração o aumento da população mundial e a produção de comida de qualidade. Além disso, Nepomuceno descreve que os maiores atores do desmatamento são a produção de milho, os grileiros, os garimpeiros e os madeireiros.

Letícia Fonseca, em seu boletim, tem como intuito discutir a diversidade da produção brasileira com as frutas. A autora entende que o Brasil é um dos países que mais produz frutas, entretanto, precisa de mais investimento para a exportação. Também é dito sobre a importância da agricultura familiar alcança 81% das empresas rurais no país, entretanto, não cita a desigual distribuição de terras. A temática dos agrotóxicos ou, como é colocado no texto, dos defensivos agrícolas, é o tema elaborado por Christian Lohbauer. Para o empresário, os pesticidas são essenciais para alimentar a população mundial sem perder a colheita e, para isso, é necessário utilizá-los de maneira correta regulamentada pelas agências

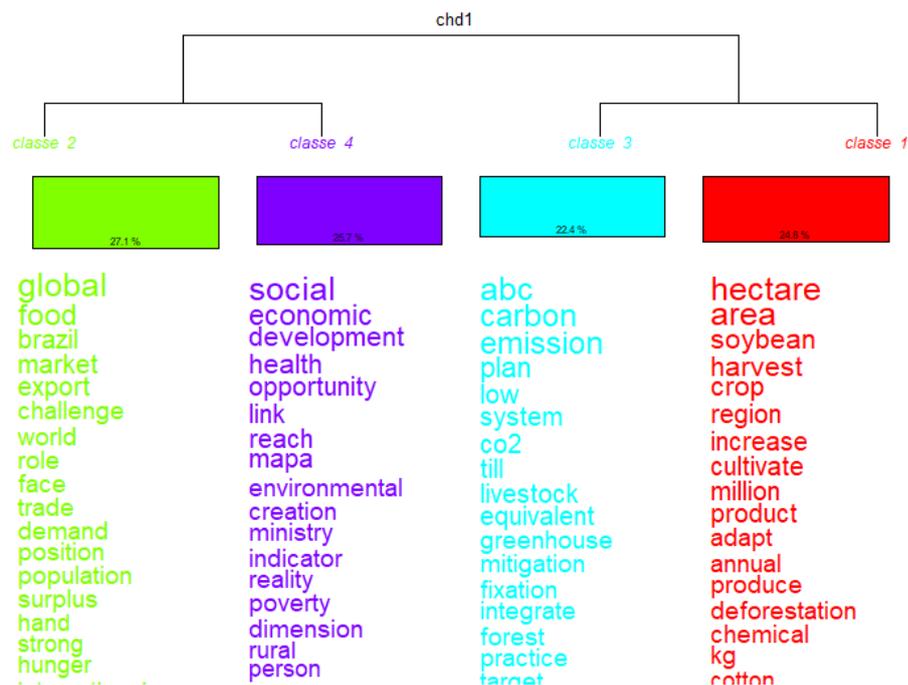
desenvolvimento, sustentável, terra, sistema, área, energia, comida, entre outros. Assim sendo, com a apresentação dos boletins e o auxílio do *software* utilizado, é possível descrever uma -suposta- preocupação da produção brasileira com o meio ambiente, a sustentabilidade, a possível falta de alimentos no mundo.

Enquanto a agricultura é uma das palavras que mais aparece nos boletins, o próprio termo agronegócio está entre as que menos aparecem. Como Milner (1997) nos esclarece, os tomadores de decisão de política externa estão atrelados à racionalidade e essa escolha de palavras também é uma escolha racional. Ao preferirem utilizar a ideia de agricultura, os autores dos boletins afastam os leitores do Reino Unido a ideia de agronegócio brasileiro monocultor, com o histórico de desmatamento e violação de direitos dos povos indígenas. Além disso, outras palavras que pouco aparecem nos textos, mas que, no ambiente doméstico, são termos de grandes discussões, são a soja e os pesticidas. É interessante notar que o não dito também possui significado.

Mesmo o Brasil sendo uma potência da soja, possuindo um aumento significativo dos pesticidas no governo de Jair Bolsonaro, e tendo o agronegócio/agroexportação – não simplesmente a agricultura – como um dos pilares da construção do Estado, essas palavras não aparecerem de forma efetiva nos boletins, tentando demonstrar que o Brasil não se resume à essas discussões - que estavam em alta no momento de elaboração dos boletins.

Quando realizada a análise CHD, o Iramuteq organizou os textos em duas ramificações, que, posteriormente, se dividiram em quatro classes, como pode ser visualizado abaixo.

Figura 2 – Classificação hierárquica descendente - Boletins Agrisustainability Matters



Fonte: Iramuteq (2024)

A primeira ramificação do *corpus*, com as duas classes que ele possui, contém como palavras principais mundo, alimentos, Brasil, social, econômico e desenvolvimento. Entende-se que essa divisão foi criada, em um primeiro momento, com textos que trabalham com a ideia de que o Brasil é um país essencial na produção de alimentos e no combate à fome e, posteriormente, que essa produção é feita com a inserção econômica e social em busca de desenvolvimento. Nesse sentido, os autores presentes são Roberto Rodrigues e José Mendonça de Barros, na classe dois, e Adroaldo Zanella, Marcos Fava Neves e Tereza Cristina na classe quatro.

A segunda ramificação apresentada pelo *Iramuteq* possui como termos que mais aparecem ABC, carbono, emissão, hectare, área, soja. Nota-se que, de um lado, há a preocupação com a emissão de gás carbônico e a iniciativa do Plano ABC para a diminuição das emissões. Em contrapartida, há também a divisão dos textos que retratam como a tecnologia da produção atual brasileira possibilita uma menor área plantada. Aqui, encontram-se os textos de Angelo Gurgel e Plínio Nastari, com Alexandre Nepomuceno, Marcos Jank, Letícia Fonseca e Christian Lohbauer. Dessa forma, é possível compreender que, no geral, os boletins mesclam parâmetros globais relacionados à alimentação e desenvolvimento, em conjunto com novas tecnologias proporcionadas pelo setor.

Conclusões

O agronegócio, como grupo de interesse econômico, possui o objetivo o aumento da taxa de lucro e, para isso, realiza metamorfoses para que seus interesses sejam atendidos pelo Estado. Após o *boom* das commodities e a concertação política (Pompeia, 2018), o setor conseguiu um maior poder de barganha com o Estado brasileiro, ocasionando uma maior atuação do setor na esfera pública.

Antes da concertação, o agro possuía um menor poder para elaborar seus interesses na política externa brasileira, o que pode ser visto nas negociações da ALCA (Santana, 2001). Entretanto, no início dos anos 2000, os resultados são mais positivos para o setor na Rodada de Doha. Com o governo de Jair Bolsonaro, o agronegócio atingiu, de maneira mais tranquila, a maior instituição governamental de política externa, o MRE.

Com a criação do DPAGRO, o setor consegue elaborar políticas públicas para a mudança da imagem dele no ambiente internacional, sendo os boletins *Agrisustainability Matters* um dos mecanismos para isso. O teor dos boletins informativos é voltado para a “venda” de um agronegócio socialmente e ambientalmente justo. Isso pôde ser compreendido com as análises realizadas através do *software* *Iramuteq*.

As palavras que mais aparecem nos documentos estão relacionadas à uma preocupação brasileira com a produção ambientalmente segura e a alimentação do mundo.

E algumas das palavras menos expressas nos boletins são agronegócio, soja e pesticidas, termos conflituosos na academia e sociedade brasileira. Sobre a análise da Classificação Hierárquica Descendente, enquanto, no geral, uma parcela dos boletins descreve a importância dada à produção de alimentos de forma justa, enquanto a outra gama de boletins descreve o uso das tecnologias na produção de alimentos utilizando a sustentabilidade.

A análise desses documentos é importante para compreender o que o Estado brasileiro está publicitando nos ambientes internacionais. Pelo ponto de vista da política externa brasileira à época, a Europa muito preocupada com um ambiente sustentável, precisava de uma nova estratégia para que continuasse comprando produtos do agronegócio brasileiro em tempos de queimadas e massacre dos povos indígenas.

Bibliografia

BARROS, José Roberto Mendonça. Brazil: Provider os Sustainable Food and Energy Solutions. In: AgriSustainability Matters. Embassy of Brazil in London. Issue 10 – nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-10.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2024.

CAMARGO Brígido V.; JUSTO, Ana M (2013). «IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais». *Temas em Psicologia*. **21** (2): 513–518. [ISSN 1413-389X. doi:10.9788/TP2013.2-16](https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16)

DAVIS, John. Business responsibility and the market for farm products. Boston Conference on Distribution. Beltsville: National Agricultural Library, 1955

DIAS, Tereza Cristina Corrêa da Costa. Brazil: Agriculture, Sustainability and the Future We Want. In: AgriSustainability Matters. Embassy of Brazil in London. Special Edition. Issue 10 – nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-sp.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2024.

DIVERIO, Tamara Silvana Menuzzi. Negociações Agrícolas Internacionais na Rodada Doha: Interesses e influência dos atores domésticos na formação da posição brasileira. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre. 2011.

[DPAGRO. Diplomacia do Agronegócio: 18 meses de trabalho. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/politica-externa-comercial-e-economica/ProjetoDepartamentoAgroBACKUP2.pdf](https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/politica-externa-comercial-e-economica/ProjetoDepartamentoAgroBACKUP2.pdf) Acesso em 07 de ago. 2024.

DPAGRO. Promoção do Agronegócio. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/promocao-do-agronegocio>
Acesso em 07 de ago. 2024.

EUCLIDES FILHO, Kepler. Diplomacia do agronegócio: Kepler Euclides Filho. 18 de jun. 2019. Duração: 00:22:03. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y1Z9E59VcVA&list=PLY4MsNDouGfhfcLuTrUxR8SXSPx3yQt2i&index=8> . Acesso em 25 de jul. 2024. Acesso em 25 de jul. 2024.

FIGUEIRA, Ariane Roder. Introdução à análise de política externa. Vol.1. São Paulo: Saraiva, 2011.

FONSECA, Letícia Assis Barony V. Brazilian fruit farming: Diversity and sustainability to feed Brazil and the World. In: AgriSustainability Matters. Embassy of Brazil in London. Issue 8 – abr. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-08.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2024.

GURGEL, Angelo Costa. The Brazilian Way: A sustainable Development Model for Agriculture and Livestock Farmin., In: AgriSustainability Matters. Embassy of Brazil in London. Issue 6 – out. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-06.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2024.

JANK, Marcos. SOENDERGAARD, Niels. Private sector initiatives in the Brazilian agri-food sector to halt Amazon deforestation. In: AgriSustainability Matters. Embassy of Brazil in London. Issue 3 – Nov. 2020 Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-03.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2024.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil Companhia das Letras, 7º ed. 2012.

LOHBAUER, Cristian. Protecting crops: A key to safeguarding global food security. In: AgriSustainability Matters. Embassy of Brazil in London. Issue 9 – jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-09.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2024.

MADUREIRA, Eduardo Marrot Coelho. A influência ruralista na política externa do governo Bolsonaro. Dissertação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

MILNER, Helen. Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations. Princeton University Press. 1997.

NASTARI, Plínio. Brazil's modern & innovative regulatory framework for sustainable mobility using biofuels. In: AgriSustainability Matters. Embassy of Brazil in London. Issue 2 – ago. 2020 Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-02.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2024.

NEPOMUCENO, Alexandre, et.al. Brazilian soy is not the environmental villain. In: AgriSustainability Matters. Embassy of Brazil in London. Issue 7 – jan. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-07.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2024.

NEVES, Marcos Fava. The search for sustainability and the creation of opportunities in food production. In: AgriSustainability Matters. Embassy of Brazil in London. Issue 4 – mar. 2021 Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-04.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2024.

ONU. Dados de fome segues persistentemente altos por três anos. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/274884-onu-n%C3%ADveis-de-fome-seguem-persistentemente-altos-por-tr%C3%AAs-anos-consecutivos-enquanto-criSES>

POMPEIA, Caio. Formação Política do Agronegócio. Tese de doutorado de Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas. 2018.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. Revista sociologia política, Curitiba, v. 18, nº 36, 2010.

RODRIGUES, Roberto. Brazil: Sustainable Agriculture for All. In: AgriSustainability Matters. Embassy of Brazil in London. Issue 1 – mai. 2020 Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-01.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2024.

SANTANA, Helton. Grupos de interesse e a política externa brasileira para a ALCA. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1, 2001.

SOUZA FILHO, Carlos Marés. A função social da terra. Curitiba – PR. Arte e Letra Editora. 2021.

TSE. O caminho da prosperidade: Proposta de plano de governo. Bolsonaro 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 26 de ago. de 2024.

ZANELLA, Adroaldo José. Animal Welfare: a person account of its evolution in Brazil. In: AgriSustainability Matters. Embassy of Brazil in London. Issue 5 – jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/sections/economic-section/agrisustainability-matters/agro-asmatters-05.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2024.